

# IMOCOP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.757.934/0001-84

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2015. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)			
Ativos	Nota	2015	2014
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.669	101
Contas a receber de clientes	5	477	11.990
Impostos e contribuições a recuperar		381	393
Outras contas a receber	6	25	30
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>13.552</b>	<b>12.514</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Operações de mútuo	11	36.524	36.302
Outras contas a receber	6	990	-
Terenos e imóveis a comercializar	7	887	1.889
Propriedade para investimento	8	3.853	3.877
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>42.254</b>	<b>42.068</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>55.806</b>	<b>54.582</b>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)			
Passivos	Nota	2015	2014
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		27	31
Salários, encargos e contribuições sociais		2	2
Impostos e contribuições a recolher	10	111	203
Adiantamento de clientes		-	571
Dividendos a pagar	11	639	788
Outras contas a pagar		-	12
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>779</b>	<b>1.607</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Passivo fiscal diferido		44	44
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>44</b>	<b>44</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		21.127	21.127
Reserva legal		2.283	2.148
Reserva de retenção de lucros		30.000	28.083
Reservas de reavaliação		1.573	1.573
<b>Total do patrimônio líquido</b>	12	<b>54.983</b>	<b>52.931</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>823</b>	<b>1.651</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>55.806</b>	<b>54.582</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
Receitas líquidas	14	2.538	2.312
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.538</b>	<b>2.312</b>
Despesas administrativas	15	(454)	(539)
Outras despesas		(24)	(24)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>2.060</b>	<b>1.749</b>
Receitas financeiras	16	1.204	2.304
<b>Financeiras líquidas</b>		<b>1.204</b>	<b>2.304</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>3.264</b>	<b>4.053</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(573)	(737)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.691</b>	<b>3.316</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)			
	2015	2014	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.691</b>	<b>3.316</b>	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>2.691</b>	<b>3.316</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)			
	2015	2014	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.691</b>	<b>3.316</b>	
Ajustado por:			
Depreciação	24	23	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Diminuição/(aumento) em contas a receber de clientes	11.513	(1.498)	
Diminuição/(aumento) em impostos e contribuições a recuperar	12	(372)	
Diminuição/(aumento) em outras contas a receber	17	(7)	
(Diminuição)/aumento em fornecedores	(4)	1	
Aumento em salários, encargos e contribuições sociais	-	2	
(Diminuição) em impostos e contribuições a recolher	398	797	
(Imposto de renda e contribuição social) pagos	(12)	(2)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>14.149</b>	<b>1.523</b>	
Dividendos pagos	(788)	-	
Empréstimos com partes relacionadas	(793)	(18.929)	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(1.581)</b>	<b>(18.929)</b>	
<b>Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.568</b>	<b>(17.406)</b>	
<b>Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa</b>			
No final do exercício	12.669	101	
No início do exercício	101	17.507	
<b>Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.568</b>	<b>(17.406)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Valor justo: Valor justo versus valor contábil			
	2015	2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado</b>			
<b>Ativos:</b>			
Depósito à vista	156	156	101
Aplicações financeiras	12.513	12.513	-
<b>Empréstimos e recebíveis</b>			
Contas a receber de clientes	477	477	11.990
Operações de mútuo	36.524	36.524	36.302
Outras contas a receber	1.015	1.015	30
<b>Passivos mantidos pelo custo amortizado</b>			
Fornecedores	27	27	31
Outras contas a pagar	-	-	12

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes: **Hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 2 com base no grau observável do valor justo. • **Mensurações de valor justo de Nível 1:** são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e • **Mensurações de valor justo de Nível 2:** são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como base em preços);

	2015	2014	
	Nível 1	Nível 2	
<b>Ativos</b>			
Depósitos à vista	156	-	
Aplicações financeiras	-	12.513	
<b>2014</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	
<b>Ativos</b>			
Depósitos à vista	101	-	
<b>10. Adiantamento de clientes</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	
Clientes mercado interno	-	571	
Total	-	571	
<b>11. Partes relacionadas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	
<b>Ativo circulante</b>			
<b>Venda Imóveis</b>			
Copersucar S.A. (nota explicativa 05)	(a)	-	11.041
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Mútuos</b>			
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	(b)	36.524	36.302
<b>Passivo circulante</b>			
<b>Dividendos</b>			
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo		444	547
Arrepar Participações S.A.	(c)	195	241
		639	788

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e Controladora e suas subsidiárias diretas e indiretas ou demais partes relacionadas, e referem-se basicamente a: • **Valores ativos - (a)** Valores a receber por alienação de imóveis; (b) Contratos de mútuos com controladora com taxa de juros contratadas entre as partes; e • **Valores passivos - (c)** Dividendos a pagar.

**12. Patrimônio líquido**  
**a. Capital social:** O capital social subscrito da Companhia está representado por 246.871.690 em 31 de março de 2015 e 2014 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente aos seguintes acionistas:

	Nº ações	%
Arrepar Participações S/A	75.490.085	30,58
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	171.381.605	69,42
	246.871.690	100,00

**b. Reserva de reavaliação:** Decorrem de bens destinados a venda, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão destacados no passivo não circulante. **c. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d. Reserva de retenção de lucros:** Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2015 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. Nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404/76, em 31 de março de 2015 a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital. A proposta da Administração é deliberar a destinação na próxima Assembleia Geral dos Acionistas.

**e. Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	2.691	3.316
(-) Reserva legal	(135)	(166)
Lucro líquido ajustado	2.556	3.150
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	639	788

**13. Arrendamento mercantil operacional**  
A Companhia arrenda sua propriedade para investimento mantida sob arrendamento operacional. Os pagamentos mínimos futuros sob arrendamentos são os seguintes:

	2015	2014
Até um ano	2.672	754
Acima de um ano - Até cinco anos	11.311	-
Mais de cinco anos	27.503	-
Total	41.486	754

A Companhia reconheceu no exercício de 2015 a receita de aluguel de R\$ 2.634 (R\$ 2.399 em 2014).  
**14. Receitas líquidas**  
Receita de locação

	2015	2014
Receita de locação	2.538	2.312
	2.538	2.312

Abaixo, a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita bruta	2.634	2.399
<b>Menos:</b>		
Impostos sobre locação	(96)	(87)
	2.538	2.312

**15. Despesas por natureza**  
Impostos e taxas  
Serviços de vigilância  
Serviços assess. adm. e engenharia  
Despesas diversas

	2015	2014
Impostos e taxas	(28)	(26)
Serviços de vigilância	(183)	(159)
Serviços assess. adm. e engenharia	(136)	(153)
Despesas diversas	(107)	(201)
	(454)	(539)

**Classificados como:**  
Despesas administrativas

	2015	2014
Despesas administrativas	(454)	(539)
	(454)	(539)

**16. Financeiras líquidas**  
**Receitas financeiras**  
Rendimentos com aplicações financeiras  
Juros sobre partes relacionadas  
Outras receitas financeiras  
**Financeiras líquidas**

	2015	2014
Rendimentos com aplicações financeiras	1.200	1.371
Juros sobre partes relacionadas	-	916
Outras receitas financeiras	4	17
<b>Financeiras líquidas</b>	<b>1.204</b>	<b>2.304</b>

**17. Despesa com imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados pelo regime de lucro presumido, gerando as despesas conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014		
	Base Presumida	Tributo	Base Presumida	Tributo
IRPJ	1.757	415	2.229	533
CSLL	1.757	158	2.266	204
Total	-	573	-	737

A Lei 12.973, publicada em 13 de maio de 2014, introduziu alterações relevantes às regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Companhia não optou pela aplicação antecipada da Lei. De todo modo, as alterações introduzidas pela mesma não geraram impacto no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social a partir de 2015.

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Fernando Rogério Liani**  
Contador CRC 1SP229193/O-2

**1. Contexto operacional**  
A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, tem como objeto social a administração por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras sociedades.

**2. Base de preparação**  
**a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 15 de junho de 2015.

**b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota explicativa nº 8 - Propriedade para investimento;** e • **Nota explicativa nº 13 - Arrendamento mercantil operacional. e. Mensuração de valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas daquele ativo ou passivo. (i) **Contas a receber de clientes:** O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. (iii) **Propriedade para investimento:** O valor justo da propriedade para investimento, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

**3. Principais políticas contábeis**  
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário.

**a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros recebíveis e partes relacionadas. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. (iii) **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **b. Terrenos e imóveis a comercializar:** São avaliados ao custo de aquisição ou construção. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **c. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para produção de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na fabricação ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico no reconhecimento inicial e subsequentemente, quando relevante, ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo inclui a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **d. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. A propriedade para investimento mantida sob arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial pelo seu custo histórico. **e. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor